

1ª Questão (7,5 Pontos)

Pode algum projeto de lei ser aprovado sem tramitar pelo plenário do Congresso Nacional ?
Fundamente a resposta .

2ª Questão (7,5 Pontos)

O Defensor Público-em atuação na Comarca de Rio das Flores é procurado em seu órgão de atuação por "A" que lhe narra ser proprietário de um terreno onde hoje existe uma praça pública municipal, cuja execução das obras foi iniciada há aproximadamente 03 (três) anos. Analisando o caso comprova-se a titularidade do domínio da referida área e que inexistente a declaração expropriatória pelo poder público municipal.

Pergunta-se : Existe algum direito a ser postulado judicialmente ?

Justifique a resposta.

3ª Questão (7,5 Pontos)

Qual a diferença entre OUTORGA e DELEGAÇÃO de serviço público ?

4ª Questão (7,5 Pontos)

O Ministério Público promoveu ação penal contra um rico empresário, imputando-lhe o crime previsto no artigo 299 do Código Penal. No curso da instrução, após uma semana de oitiva das testemunhas de defesa, o patrono do acusado apresenta em cartório sua renúncia ao mandato outorgado. O réu está preso em virtude de condenação anterior e não é informado sobre a manifestação de seu advogado. Passada a fase de diligências, o Juiz determina abertura de vista, sucessivamente, ao Ministério Público e a Defensoria Pública, conforme o disposto no artigo 500 do Código de Processo Penal. Pergunta-se :

- a) O Defensor Público deve requerer que seja observada alguma formalidade ?
- b) As razões finais devem ser apresentadas mesmo sendo o réu pessoa de recursos ?

Fundamente as respostas.

Procedimento legislativo abreviado

- Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.
- § 1º Na constituição das Mesas e de cada Comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa.
- § 2º Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:
 - I - discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do regimento, a competência do Plenário, salvo se houver recurso de um décimo dos membros da Casa;"

Dica

- § 3º As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

1ª Questão (7,5 Pontos)

Pode algum projeto de lei ser aprovado sem tramitar pelo plenário do Congresso Nacional ?
Fundamente a resposta .

2ª Questão (7,5 Pontos)

O Defensor Público-em atuação na Comarca de Rio das Flores é procurado em seu órgão de atuação por "A" que lhe narra ser proprietário de um terreno onde hoje existe uma praça pública municipal, cuja execução das obras foi iniciada há aproximadamente 03 (três) anos. Analisando o caso comprova-se a titularidade do domínio da referida área e que inexistente a declaração expropriatória pelo poder público municipal.

Pergunta-se : Existe algum direito a ser postulado judicialmente ?

Justifique a resposta.

3ª Questão (7,5 Pontos)

Qual a diferença entre OUTORGA e DELEGAÇÃO de serviço público ?

4ª Questão (7,5 Pontos)

O Ministério Público promoveu ação penal contra um rico empresário, imputando-lhe o crime previsto no artigo 299 do Código Penal. No curso da instrução, após uma semana de oitiva das testemunhas de defesa, o patrono do acusado apresenta em cartório sua renúncia ao mandato outorgado. O réu está preso em virtude de condenação anterior e não é informado sobre a manifestação de seu advogado. Passada a fase de diligências, o Juiz determina abertura de vista, sucessivamente, ao Ministério Público e a Defensoria Pública, conforme o disposto no artigo 500 do Código de Processo Penal. Pergunta-se :

- a) O Defensor Público deve requerer que seja observada alguma formalidade ?
- b) As razões finais devem ser apresentadas mesmo sendo o réu pessoa de recursos ?

Fundamente as respostas.

Desapropriação Indireta

- Estado se apossou irregularmente, não cumprindo o procedimento do DECRETO-LEI Nº 3.365, DE 21 DE JUNHO DE 1941.
- DL 3365 Art. 35. Os bens expropriados, uma vez incorporados à Fazenda Pública, não podem ser objeto de reivindicação, ainda que fundada em nulidade do processo de desapropriação. Qualquer ação, julgada procedente, resolver-se-á em perdas e danos (fundamento da desapropriação indireta).
- Requisitos para a doutrina:
 - Aposseamento irregular do bem pelo Poder Público.
 - Destinação Pública do bem.
 - Impossibilidade de reverter a situação sem prejuízo à coletividade.
 - Juros compensatórios: a partir do esbulho.

Dica - Prazo para a ação

- A ação de desapropriação indireta possui natureza **real** e, enquanto não transcorrido o prazo para aquisição da propriedade por usucapião, ante a impossibilidade de reivindicar a coisa, subsiste a pretensão indenizatória em relação ao preço correspondente ao bem objeto do apossamento administrativo.
- Com base nessa premissa e com fundamento no art. 550 do CC/1916 - dispositivo legal cujo teor prevê prazo de usucapião -, o STJ firmou a orientação de que **"a ação de desapropriação indireta prescreve em vinte anos"** (Súmula 119/STJ). O CC/2002, entretanto, reduziu o prazo da usucapião extraordinária para quinze anos (art. 1.238, caput) e previu a possibilidade de aplicação do prazo de dez anos nos casos em que o possuidor tenha estabelecido no imóvel sua moradia habitual ou realizado obras ou serviços de caráter produtivo.
- Assim, considerando que a desapropriação indireta pressupõe a realização de obras pelo poder público ou sua destinação em função da utilidade pública ou do interesse social, com fundamento no atual Código Civil, o prazo prescricional aplicável às desapropriações indiretas passou a ser de 10 anos.
- OBS. Se for limitação administrativa que acarreta o esvaziamento econômico, será ação pessoal, prazo de 5 anos.

1ª Questão (7,5 Pontos)

Pode algum projeto de lei ser aprovado sem tramitar pelo plenário do Congresso Nacional ?
Fundamente a resposta .

2ª Questão (7,5 Pontos)

O Defensor Público-em atuação na Comarca de Rio das Flores é procurado em seu órgão de atuação por "A" que lhe narra ser proprietário de um terreno onde hoje existe uma praça pública municipal, cuja execução das obras foi iniciada há aproximadamente 03 (três) anos. Analisando o caso comprova-se a titularidade do domínio da referida área e que inexistente a declaração expropriatória pelo poder público municipal.

Pergunta-se : Existe algum direito a ser postulado judicialmente ?

Justifique a resposta.

3ª Questão (7,5 Pontos)

Qual a diferença entre OUTORGA e DELEGAÇÃO de serviço público ?

4ª Questão (7,5 Pontos)

O Ministério Público promoveu ação penal contra um rico empresário, imputando-lhe o crime previsto no artigo 299 do Código Penal. No curso da instrução, após uma semana de oitiva das testemunhas de defesa, o patrono do acusado apresenta em cartório sua renúncia ao mandato outorgado. O réu está preso em virtude de condenação anterior e não é informado sobre a manifestação de seu advogado. Passada a fase de diligências, o Juiz determina abertura de vista, sucessivamente, ao Ministério Público e a Defensoria Pública, conforme o disposto no artigo 500 do Código de Processo Penal. Pergunta-se :

- a) O Defensor Público deve requerer que seja observada alguma formalidade ?
- b) As razões finais devem ser apresentadas mesmo sendo o réu pessoa de recursos ?

Fundamente as respostas.

Outorga x Delegação

- a) outorga: a descentralização seria instrumentalizada por meio de lei e a entidade destinatária receberia a titularidade e a execução da atividade descentralizada (ex.: entidades da Administração Indireta);
- b) delegação: a formalização da descentralização ocorreria por contrato ou ato administrativo e a pessoa descentralizada receberia apenas a execução da atividade administrativa (ex.: concessionárias de serviços públicos).